

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

ASPECTOS GERAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS 27

1.	Introdução aos direitos humanos.....	27
2.	Conceito e conteúdo dos direitos humanos.....	28
2.1.	Conceito tradicional e concepções contemporâneas	28
2.2.	Conteúdo dos direitos humanos e o “direito a ter direitos” de Hannah Arendt....	30
2.3.	Terminologia.....	32
3.	Dignidade da pessoa humana.....	35
3.1.	Previsão Normativa.....	35
3.2.	Da dignidade da espécie até a dignidade da pessoa humana.....	36
3.3.	Funções da dignidade da pessoa humana	38
3.4.	Conteúdo da dignidade da pessoa humana	39
4.	Especificidades dos direitos humanos.....	40
4.1.	Centralidade dos direitos humanos.....	40
4.2.	Função contramajoritária	41
4.3.	Superioridade normativa.....	43
4.3.1.	Obrigações <i>erga omnes</i> , normas de <i>jus cogens</i> e casos de <i>soft law</i>	43
4.3.2.	Proibição do uso ilegítimo da força, agressão e da guerra de conquista	45
4.3.3.	Princípio da autodeterminação dos povos	45
4.3.4.	Normas cogentes de direitos humanos	46
4.4.	Abertura dos direitos humanos.....	47
4.5.	Proibição de retrocesso	48
5.	Estrutura dos direitos humanos: entre os princípios e regras.....	49
6.	Resumo do capítulo.....	51

CAPÍTULO II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS HUMANOS 55

1.	Introdução.....	55
2.	Idade antiga	56
2.1.	Período Axial.....	56

2.2.	Visão Grega.....	57
2.3.	Democracia Ateniense.....	58
2.4.	República Romana.....	59
2.4.1.	Lei das doze tábuas.....	59
2.5.	Influências do Cristianismo.....	60
3.	Idade média.....	60
3.1.	Igreja Católica.....	61
3.2.	Início da concentração do poder no Estado.....	61
3.2.1.	Magna Carta de 1215.....	61
4.	Idade moderna.....	63
4.1.	Absolutismo.....	63
4.2.	Iluminismo.....	64
4.3.	Revolução Gloriosa.....	66
4.3.1.	<i>Petition of Rights</i> de 1628.....	67
4.3.2.	<i>Habeas corpus Act</i> de 1679.....	67
4.3.3.	<i>Bill of Rights</i> de 1689.....	68
4.4.	Independência Americana.....	69
4.4.1.	Declaração de Direitos da Virgínia de 1776.....	70
4.4.2.	Constituição dos Estados Unidos da América.....	71
5.	Idade contemporânea.....	72
5.1.	Revolução Francesa.....	72
5.1.1.	Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789.....	73
5.1.2.	Projeto de Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã de 1791.....	74
5.2.	Revolução Industrial e Estado Liberal.....	74
5.3.	Movimentos Socialistas.....	75
5.4.	Reconhecimento de Direitos Econômicos e Sociais.....	76
5.4.1.	Constituição Mexicana de 1917.....	76
5.4.2.	Constituição Alemã de 1919.....	77
6.	Internacionalização da Proteção de Direitos.....	78
6.1.	Direito Humanitário.....	78
6.2.	Movimentos Contra a Escravidão.....	79
6.3.	Liga das Nações Unidas.....	80
6.4.	Organização Internacional do Trabalho.....	81
7.	Proteção Internacional dos Direitos Humanos.....	81
7.1.	Organização das Nações Unidas.....	84

7.2.	Tribunal de Nuremberg.....	85
7.3.	Proteção Regional de Direitos Humanos.....	85
7.4.	Direitos humanos durante a Guerra Fria.....	86
7.5.	Conferência Mundial de Direitos Humanos.....	86
7.6.	Declaração do Milênio das Nações Unidas.....	87
7.6.1.	Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável.....	88
7.7.	Guerra Contra o Terrorismo.....	89
8.	Sistematização dos principais documentos de direitos humanos.....	91
9.	Resumo do capítulo.....	93

CAPÍTULO III

FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DOS DIREITOS HUMANOS E TEORIAS CRÍTICAS..... 99

1.	Introdução.....	99
2.	Construção teórica do conceito de ser humano.....	99
2.1.	Primeira Fase: a lei escrita e não escrita.....	100
2.2.	Segunda Fase: contribuição de Boécio.....	101
2.3.	Terceira Fase: filosofia <i>kantiana</i>	101
2.4.	Quarta Fase: liberdade e valores.....	102
2.5.	Quinta Fase: existencialismo.....	103
3.	Fundamentos Filosóficos dos Direitos Humanos.....	103
3.1.	Jusnaturalismo.....	104
3.2.	Positivismo Jurídico.....	105
3.3.	Fundamento Negacionista.....	106
3.4.	Dignidade da Pessoa Humana.....	107
4.	Teorias Críticas dos Direitos Humanos.....	108
4.1.	Hermenêutica da Suspeita.....	109
4.2.	Crítica Marxista.....	111
4.3.	Crítica Biopolítica.....	112
4.4.	Crítica Descolonial.....	114
5.	Resumo do capítulo.....	115

CAPÍTULO IV

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS..... 119

1.	Definição, titularidade e abrangência dos direitos humanos.....	119
2.	Classificações possíveis aos direitos humanos.....	120

2.1.	Teoria do <i>status</i> de Jellinek.....	120
2.2.	Classificação pelas funções.....	122
2.3.	Teoria das gerações dos direitos humanos.....	122
2.4.	Direitos civis e políticos vs. direitos econômicos, sociais e culturais.....	124
3.	Características dos direitos humanos.....	126
3.1.	Historicidade.....	126
3.2.	Universalidade.....	127
3.2.1.	Universalidade vs. Relativismo Cultural.....	128
3.2.2.	Multiculturalismo e Hermenêutica Diatópica.....	129
3.2.3.	Universalismo de Confluência.....	130
3.3.	Inalienabilidade, Irrenunciabilidade e Imprescritibilidade.....	131
3.4.	Indivisibilidade e Interdependência.....	131
3.5.	Essencialidade.....	132
3.6.	Complementaridade.....	132
3.7.	Relatividade.....	133
4.	Eficácia vertical, horizontal e diagonal dos direitos humanos.....	133
5.	Interpretação dos direitos humanos.....	134
5.1.	Interpretação conforme os Direitos Humanos.....	134
5.2.	Princípio da Interpretação <i>Pro Homine</i>	135
5.3.	Princípio da Primazia da Norma Mais Favorável.....	135
5.4.	Princípio da Máxima Efetividade.....	135
5.5.	Princípio da Interpretação Autônoma.....	135
5.6.	Princípio da Interpretação Evolutiva.....	136
5.7.	Teoria da Margem de Apreciação.....	136
5.8.	Vedação à Interpretação Deturpada.....	136
6.	Principais intérpretes das normas de direitos humanos.....	137
7.	A resolução de conflitos entre direitos humanos.....	137
7.1.	Teoria Interna.....	138
7.2.	Teoria Externa.....	138
7.3.	Princípio da Proporcionalidade.....	139
8.	Restrições e derrogações aos direitos humanos.....	139
8.1.	Restrições Legais: Reserva Legal Simples e Qualificada.....	140
8.2.	Derrogação de Direitos Humanos.....	140
9.	O Brasil e a tutela constitucional dos direitos humanos.....	141
9.1.	Trajectoria Constitucional Brasileira.....	141

9.2.	Constituição da República de 1988.....	143
9.2.1.	Princípios fundamentais.....	144
9.2.2.	Expansão dos direitos humanos.....	145
10.	Incorporação de tratados e convenções internacionais.....	146
10.1.	Relação entre Direito Internacional e Interno.....	146
10.1.1.	Dualismo.....	147
10.1.2.	Monismo.....	148
10.1.3.	Monismo internacionalista dialógico.....	149
10.2.	Etapas para Incorporação de Tratados Internacionais.....	150
10.2.1.	Negociações preliminares e assinatura.....	150
10.2.2.	Aprovação parlamentar.....	151
10.2.3.	Ratificação e depósito.....	151
10.2.4.	Promulgação e Publicação.....	152
10.3.	Status Normativo dos Tratados Incorporados ao Ordenamento.....	152
10.3.1.	Paridade normativa.....	153
10.3.2.	Equivalência à emenda constitucional.....	153
10.3.3.	Supralegalidade em direitos humanos.....	154
10.3.4.	Outras hipóteses de supralegalidade.....	155
10.4.	Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	156
10.4.1.	Tese da natureza constitucional.....	157
10.4.2.	Aplicabilidade imediata.....	159
10.4.3.	Regime Objetivo dos Tratados de Direitos Humanos.....	159
10.4.4.	Denúncia de Tratados Internacionais de Direitos Humanos.....	160
11.	Incidente de deslocamento de competência.....	162
11.1.	Noções Gerais.....	162
11.2.	Requisitos.....	164
11.3.	Precedentes.....	165
12.	Controle de convencionalidade.....	169
12.1.	Controle de Convencionalidade Interno.....	170
12.1.1.	Controle de convencionalidade concentrado.....	170
12.1.2.	Controle de convencionalidade difuso.....	171
12.2.	Controle de Convencionalidade Internacional.....	171
12.2.1.	Controle de convencionalidade compulsório.....	172
12.3.	Teoria do Duplo Controle.....	172
12.3.1.	Lei de anistia.....	173
12.4.	Controle de Convencionalidade na Corte Interamericana.....	174

12.4.1. Controle de convencionalidade.....	174
12.4.2. Aferição de convencionalidade.....	176
13. Resumo do capítulo.....	178

CAPÍTULO V

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS..... 189

1. Introdução.....	189
1.1. Antecedentes Históricos.....	190
1.2. Fases do Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	190
2. Vertentes da proteção internacional de direitos humanos.....	191
2.1. Direito Internacional Humanitário.....	192
2.1.1. Direito de Genebra.....	193
2.1.2. Direito de Haia.....	193
2.1.3. Direito de Nova Iorque.....	194
2.2. Direito Internacional dos Refugiados.....	195
2.3. Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	196
3. Estrutura dos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos.....	196
3.1. Sistema Global e Sistemas Regionais.....	196
3.2. Coexistência Entre os Sistemas.....	197
3.3. Subsidiariedade dos Sistemas Internacionais.....	198
4. Mecanismos de proteção aos direitos humanos.....	199
4.1. Mecanismo Unilateral.....	199
4.2. Mecanismo Coletivo.....	200
4.3. Mecanismos Convencionais.....	200
4.3.1. Mecanismo convencional não contencioso.....	201
4.3.2. Mecanismo convencional quase judicial.....	201
4.3.3. Mecanismo convencional judicial.....	201
4.4. Mecanismos Não Convencionais.....	202
5. Fiscalização do cumprimento das obrigações internacionais.....	203
5.1. Órgãos Fiscalizatórios.....	203
5.1.1. Órgão político.....	203
5.1.2. Órgão quase judicial.....	203
5.1.3. Órgão judicial.....	203
5.2. Mecanismos de Fiscalização.....	203
5.2.1. Relatórios.....	204

5.2.2.	Comunicações interestatais.....	204
5.2.3.	Petições individuais.....	204
5.2.4.	Investigações.....	205
6.	Capacidade internacional dos indivíduos.....	205
6.1.	Capacidade Ativa.....	206
6.2.	Capacidade Passiva.....	207
7.	Tribunais internacionais contemporâneos.....	208
7.1.	Corte Internacional de Justiça.....	208
7.2.	Tribunais Internacionais de Direitos Humanos.....	209
7.3.	Tribunais Penais Internacionais.....	210
8.	Direito internacional penal.....	210
8.1.	Responsabilidade Internacional do Indivíduo.....	211
8.2.	Precedentes Históricos do TPI.....	212
8.2.1.	Tribunal de Nuremberg.....	212
8.2.2.	Tribunal da ex-Iugoslávia e Ruanda.....	213
8.3.	O Tribunal Penal Internacional.....	214
8.3.1.	Características.....	215
8.3.2.	Crimes de <i>jus cogens</i>	216
8.4.	Proteção penal de direitos humanos.....	217
8.4.1.	Dimensão subjetiva e objetiva dos direitos humanos.....	217
8.4.2.	Mandados internacionais de criminalização.....	218
8.4.3.	Tribunais penais internacionais de quarta geração.....	219
8.4.4.	<i>Responsibility to protect – R2P</i>	220
9.	Responsabilidade internacional do estado e direitos humanos.....	221
9.1.	Natureza Jurídica.....	221
9.2.	Elementos da responsabilidade internacional.....	222
9.2.1.	Fato internacionalmente ilícito.....	222
9.2.2.	Resultado lesivo.....	223
9.2.3.	Nexo causal.....	223
9.3.	Medidas Reparatórias.....	224
9.3.1.	Restituição na íntegra.....	224
9.3.2.	Cessaçao do ilícito.....	225
9.3.3.	Satisfação.....	225
9.3.4.	Compensação.....	225
9.3.5.	Garantias de não repetição.....	225

9.4.	Sanções Internacionais por Violações de Direitos Humanos.....	226
9.4.1.	Sanções unilaterais.....	226
9.4.2.	Sanções coletivas.....	226
10.	Implementação das decisões internacionais.....	226
10.1.	Obrigatoriedade das Decisões.....	227
10.1.1.	Recomendação.....	227
10.1.2.	Decisão quase judicial.....	227
10.1.3.	Decisão judicial.....	228
10.2.	Execução de Sentenças Internacionais.....	228
10.2.1.	(Des)Necessidade de homologação pelo STJ.....	229
10.3.	<i>Compliance</i> da Promoção e Proteção dos Direitos Humanos.....	230
11.	Pandemia de Covid-19 e o direito internacional dos direitos humanos.....	231
11.1.	Emergência de Saúde Pública Internacional e Pandemia do covid-19.....	231
11.2.	Problemas e Desafios de Direitos Humanos e Covid-19 no âmbito das Obrigações Internacionais dos Estados.....	233
11.3.	Pandemia e Direitos Humanos nas Américas.....	234
11.3.1.	Obrigações internacionais dos Estados.....	235
11.3.2.	Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.....	236
11.3.3.	Estado de exceção, restrições às liberdades fundamentais e Estado de Direito.....	237
11.3.4.	Grupos em situação especial de vulnerabilidade.....	238
11.4.	Direitos Humanos das Pessoas com COVID-19.....	238
11.5.	Vacinação contra COVID-19 no marco das obrigações interamericanas de direitos humanos.....	241
12.	Resumo do capítulo.....	243

CAPÍTULO VI

SISTEMA UNIVERSAL DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS..... 255

1.	Aspectos gerais do sistema universal.....	255
2.	Organização das nações unidas.....	258
2.1.	Carta das Nações Unidas.....	258
2.2.	Estrutura.....	260
2.2.1.	Assembleia Geral.....	260
2.2.2.	Conselho de Segurança.....	261
2.2.3.	Conselho Econômico e Social.....	262
2.2.4.	Conselho de Tutela.....	263

2.2.5.	Corte Internacional de Justiça.....	263
2.2.6.	Secretariado.....	263
2.3.	Sistema Convencional.....	264
2.4.	Sistema Não Convencional.....	265
2.4.1.	Conselho de Direitos Humanos.....	265
2.4.1.1.	Procedimentos Especiais.....	267
2.4.1.2.	Procedimento de Queixa.....	268
2.4.1.3.	Revisão Periódica Universal.....	268
2.4.2.	Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos.....	270
3.	Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	270
4.	Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966.....	276
4.1.	Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	277
4.1.1.	Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	282
4.1.2.	Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos.....	282
4.1.3.	Comitê de Direitos Humanos.....	283
4.1.3.1.	Estrutura e Composição.....	283
4.1.3.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	284
4.2.	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	286
4.2.1.	Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	290
4.2.2.	Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.....	291
4.2.2.1.	Estrutura e Composição.....	291
4.2.2.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	292
5.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.....	296
5.1.	Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial.....	297
5.1.1.	Estrutura e Composição.....	297
6.	Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.....	300
6.1.	Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.....	302
6.2.	Comitê Sobre a Eliminação da Discriminação Contra a Mulher.....	302
6.2.1.	Estrutura e Composição.....	302
6.2.2.	Mecanismos de Monitoramento.....	303
7.	Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanas ou degradantes.....	305
7.1.	Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes.....	306

7.2.	Comitê Contra a Tortura	307
7.2.1.	Estrutura e Composição	307
7.2.2.	Mecanismos de Monitoramento	308
7.2.3.	Subcomitê de Prevenção.....	310
8.	Convenção sobre os direitos da criança.....	311
8.1.	Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança Relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados	313
8.2.	Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança Referente à Venda de Crianças, à Prostituição Infantil e à Pornografia Infantil.....	315
8.3.	Protocolo Facultativo à Convenção dos Direitos da Criança Relativo aos Procedimentos de Comunicação	316
8.4.	Comitê para os direitos da criança	317
8.4.1.	Estrutura e Composição	317
8.4.2.	Mecanismos de Monitoramento	318
9.	Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência.....	321
9.1.	Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência	323
9.2.	Comitê Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.....	324
9.2.1.	Estrutura e Composição	324
9.2.2.	Mecanismos de Monitoramento	325
10.	Tratado de Marraqueche	326
11.	Corte Internacional de Justiça.....	328
11.1.	Estrutura e Composição.....	328
11.2.	Competência.....	329
11.3.	Processo e julgamento	330
11.4.	A Corte e a Proteção de Direitos Humanos.....	331
12.	Conselho de segurança e a proteção de direitos humanos	332
12.1.	Cumprimento das Sanções pelo Brasil (Lei nº 13.810/19).....	334
13.	Resumo do capítulo.....	335

CAPÍTULO VII

SISTEMA REGIONAL INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS... 349

1.	Aspectos gerais do sistema regional interamericano	349
2.	Organização dos Estados Americanos (OEA)	351
2.1.	Carta da Organização dos Estados Americanos.....	351
2.2.	Estrutura	353

2.2.1.	Assembleia Geral.....	353
2.2.2.	Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores	354
2.2.3.	Conselhos	354
2.2.4.	Comissão Jurídica Interamericana.....	354
2.2.5.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	354
2.2.6.	Secretaria-Geral	355
2.2.7.	Conferências e Organismos Especializados.....	355
2.3.	Sistemas Convencional e Não Convencional.....	355
2.3.1.	Subsistema da Convenção Americana de Direitos Humanos.....	356
2.3.2.	Subsistema da Organização dos Estados Americanos (OEA).....	356
2.3.2.1.	Mecanismo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos	357
2.3.2.2.	Mecanismo da Carta Democrática Interamericana.....	358
3.	Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	359
4.	Convenção Americana sobre Direitos Humanos.....	360
4.1.	Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais – “Protocolo de São Salvador”... ..	377
4.2.	Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Relativo à Abolição da Pena de Morte.....	381
4.3.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos	382
4.3.1.	Histórico.....	382
4.3.2.	Natureza dúplice.....	383
4.3.3.	Organização.....	383
4.3.4.	Funções.....	384
4.3.4.1.	Sessões da Comissão	385
4.3.4.2.	Relatorias e grupos de trabalho.....	386
4.3.5.	Provocação.....	386
4.3.5.1.	Petições individuais.....	387
4.3.5.2.	Comunicações interestatais.....	388
4.3.5.3.	Investigações <i>motu proprio</i>	389
4.3.6.	Processo perante a Comissão.....	389
4.3.6.1.	Legitimidade.....	389
4.3.6.2.	Condições de admissibilidade	390
4.3.6.3.	Procedimento de admissibilidade.....	392
4.3.6.4.	Procedimento sobre o mérito.....	393
4.3.6.5.	Primeiro informe	394

4.3.6.6.	Segundo informe	394
4.3.6.7.	Acompanhamento	395
4.3.7.	Medidas Cautelares	395
4.3.8.	Observações in loco	396
4.3.9.	Relatórios da Comissão	396
4.4.	Corte Interamericana de Direitos Humanos	397
4.4.1.	Histórico	397
4.4.2.	Organização	397
4.4.2.1.	Juiz <i>ad hoc</i>	398
4.4.3.	Funções	399
4.4.3.1.	Cláusula facultativa de jurisdição obrigatória	399
4.4.3.2.	Funcionamento da Corte	400
4.4.3.3.	Provocação	400
4.4.4.	Jurisdição da Corte	400
4.4.4.1.	Jurisdição consultiva	401
4.4.4.2.	Jurisdição contenciosa	402
4.4.5.	Processo perante a Corte	403
4.4.5.1.	Legitimidade	403
4.4.5.2.	Defensor interamericano	404
4.4.5.3.	Petição inicial	404
4.4.5.4.	Contestação do Estado	404
4.4.5.5.	Exceções preliminares	405
4.4.5.6.	<i>Amicus curiae</i>	405
4.4.5.7.	Procedimento oral e procedimento final escrito	406
4.4.5.8.	Desistência, reconhecimento e solução amistosa	406
4.4.5.9.	Sentença	407
4.4.6.	Medidas Provisórias	407
4.4.7.	A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos	408
4.4.7.1.	Pedido de interpretação	409
4.4.7.2.	Supervisão de cumprimento	409
4.4.7.3.	Exigibilidade interna e execução	409
5.	Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura	410
6.	Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher..	411
7.	Convenção Interamericana sobre o desaparecimento forçado de pessoas	412
8.	Convenção Interamericana sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência	413

9. Convenção Interamericana contra o racismo, a discriminação racial e formas correlatas de intolerância.....	413
10. Resumo do capítulo.....	415

CAPÍTULO VIII

OUTROS SISTEMAS REGIONAIS DE PROTEÇÃO..... 423

1. Introdução.....	423
2. Sistema regional europeu de direitos humanos.....	423
2.1. Convenção Europeia de Direitos Humanos.....	423
3. Sistema regional africano de direitos humanos.....	426
3.1. Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos.....	427
4. Resumo do capítulo.....	428

CAPÍTULO IX

JURISPRUDÊNCIA DE TRIBUNAIS E ÓRGÃOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS..... 431

1. Introdução	432
2. Sistema universal de proteção aos direitos humanos.....	432
2.1. Corte Internacional de Justiça	432
2.1.1. Caso LaGrand (Alemanha vs. Estados Unidos).....	433
2.1.2. Caso Hissène Habré (Bélgica vs. Senegal).....	433
2.2. Tribunal Penal Internacional	434
2.2.1. Caso Procurador do TPI vs. Thomas Lubanga Dyilo	434
2.3. Comitê de Direitos Humanos.....	434
2.3.1. Caso Sonia Yaker vs. França	434
2.3.2. Caso Andrei Strizhak vs. Belarus	436
2.3.3. Caso Denatar Durdyev vs. Turcomenistão.....	437
2.3.4. Caso Mohamed Rabbae e outros vs. Holanda.....	437
2.3.5. Caso Lula vs. Brasil (medida cautelar).....	438
2.4. Comitê da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher das Nações Unidas (Comitê CEDAW).....	439
2.4.1. Caso Alyne da Silva Pimentel Teixeira vs. Brasil	439
3. Sistema regional interamericano de proteção aos direitos humanos.....	440
3.1. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	440
3.1.1. Caso Lezmond C. Mitchell vs. Estados Unidos da América	440
3.2. O Brasil na Comissão Interamericana de Direitos Humanos.....	442

3.2.1.	Caso José Pereira vs. Brasil.....	442
3.2.2.	Caso dos Meninos Emascarados do Maranhão vs. Brasil.....	442
3.2.3.	Caso Carandiru vs. Brasil.....	443
3.2.4.	Caso Maria da Penha Maia Fernandes vs. Brasil.....	444
3.2.5.	Caso Simone André Diniz vs. Brasil.....	446
3.2.6.	Caso Margarida Maria Alves e familiares vs. Brasil.....	447
3.2.7.	Caso Márcio Lapoente da Silveira vs. Brasil.....	448
3.2.8.	Caso Fazenda Ubá vs. Brasil.....	448
3.3.	Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	449
3.3.1.	Caso Velásquez Rodríguez vs. Honduras.....	449
3.3.2.	Caso Loayza Tamayo vs. Peru.....	450
3.3.3.	Caso Blake vs. Guatemala.....	452
3.3.4.	Caso “Meninos de Rua” (Villagrán Morales e outros) vs. Guatemala.....	453
3.3.5.	Caso Bámaca Velásquez vs. Guatemala.....	454
3.3.6.	Caso “A Última Tentação de Cristo” (Olmedo Bustos e outros) vs. Chile.....	456
3.3.7.	Caso Barrios Altos vs. Peru.....	456
3.3.8.	Caso Tibi vs. Equador.....	457
3.3.9.	Caso Fermín Ramírez vs. Guatemala.....	458
3.3.10.	Caso Palamara Iribarne vs. Chile.....	459
3.3.11.	Caso Almonacid Arellano e outros vs. Chile.....	460
3.3.12.	Caso González e Outras (“Campo Algodonero”) vs. México.....	462
3.3.13.	Caso Barreto Leiva vs. Venezuela.....	463
3.3.14.	Caso Vélez Loo vs. Panamá.....	464
3.3.15.	Caso Atala Riffo e crianças vs. Chile.....	465
3.3.16.	Caso Furlán e familiares vs. Argentina.....	466
3.3.17.	Caso Mohamed vs. Argentina.....	467
3.3.18.	Caso Artavia Murillo e outros (“Fecundação in vitro”) vs. Costa Rica.....	468
3.3.19.	Caso Fontevecchia e outro vs. Argentina.....	469
3.3.20.	Caso Bayarri vs. Argentina.....	471
3.3.21.	Caso Ruano Torres vs. El Salvador.....	472
3.3.22.	Caso Cabrera Garcia e Montiel Flores vs. México.....	473
3.3.23.	Caso Família Pacheco Tineo vs. Bolívia.....	475
3.3.24.	Caso Lagos del Campo vs. Peru.....	476
3.3.25.	Caso Poblete Vilches e outros vs. Chile.....	478
3.3.26.	Caso Luis Fernando Guevara Díaz vs Costa Rica.....	480
3.4.	O Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos.....	481

3.4.1.	Caso Ximenes Lopes vs. Brasil.....	481
3.4.2.	Caso Nogueira de Carvalho e outros vs. Brasil	483
3.4.3.	Caso Escher e outros vs. Brasil.....	484
3.4.4.	Caso Garibaldi vs. Brasil.....	486
3.4.5.	Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil	487
3.4.6.	Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil	490
3.4.7.	Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil.....	493
3.4.8.	Caso Povo Indígena Xucuru e seus membros vs. Brasil	495
3.4.9.	Caso Herzog e outros vs. Brasil.....	497
3.4.10.	Caso Empregados da Fábrica de Fogos de Santo Antônio de Jesus e seus familiares vs. Brasil	500
3.4.11.	Caso Barbosa de Souza e outros vs. Brasil.....	503
3.4.12.	Caso Sales Pimenta vs. Brasil.....	505
3.4.13.	Medidas Provisórias proferidas em face do Brasil.....	506
3.4.13.1.	Caso da Penitenciária de Urso Branco.....	506
3.4.13.2.	Caso do Complexo do Tatuapé da FEBEM.....	507
3.4.13.3.	Caso da Penitenciária de Araraquara.....	507
3.4.13.4.	Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”).....	508
3.4.13.5.	Caso Unidade de Internação Socioeducativa.....	508
3.4.13.6.	Caso Complexo Penitenciário de Curado.....	509
3.4.13.7.	Caso Complexo Penitenciário de Pedrinhas.....	510
3.4.13.8.	Caso do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho	510
3.4.13.9.	Caso dos Membros dos Povos Indígenas Yanomami, Ye’Kwana e Munduruku	512
3.4.13.10.	Assunto da Unidade de Internação Socioeducativa (UNIS)	513
3.4.13.11.	Assunto Pessoas Privadas de Liberdade na Penitenciária Evaristo de Moraes a respeito do Brasil	513
3.4.14.	Casos em curso em face do Brasil.....	514
3.4.14.1.	Caso Antonio Tavares Pereira vs. Brasil.....	514
3.4.14.2.	Caso José Airton Honorato e outros vs. Brasil	515
3.4.14.3.	Caso Neusa dos Santos Nascimento e outros vs. Brasil.....	515
3.4.14.4.	Caso Muniz da Silva vs. Brasil.....	516
3.4.14.5.	Caso Comunidades Quilombolas de Alcântara vs. Brasil.....	517
3.4.14.6.	Caso Leite de Souza e outros vs. Brasil.....	517
3.4.14.7.	Caso Collen Leite e outros vs. Brasil	518
3.4.14.8.	Caso Manoel Luiz da Silva e outros vs. Brasil.....	518
3.4.14.9.	Caso Hernández Norambuena vs. Brasil.....	519

	3.4.14.10. Caso Max Clay Mendes e outros vs. Brasil	519
	3.4.14.11. Caso Luiza Melinho vs. Brasil.....	520
3.5.	Opiniões Consultivas da Corte Interamericana de Direitos Humanos	521
3.5.1.	OC-1/82. “Outros tratados” e objeto da função consultiva da Corte.....	522
3.5.2.	OC-2/82.....	
	Efeito sobre a entrada em vigência da Convenção.....	522
3.5.3.	OC-3/83. Restrições à pena de morte.....	522
3.5.4.	OC-4/84. Proposta de modificação da Constituição da Costa Rica relacionada com a naturalização	523
3.5.5.	OC-5/85. O registro obrigatório de jornalistas.....	523
3.5.6.	OC-6/86. A expressão “Leis” no artigo 30 da Convenção Americana.....	524
3.5.7.	OC-7/86. Exigibilidade do direito de retificação ou resposta.....	524
3.5.8.	OC-8/87. O <i>habeas corpus</i> sob a suspensão de garantias.....	525
3.5.9.	OC-9/87. Garantias judiciais no estágio de emergência	525
3.5.10.	OC-10/89. Interpretação da Declaração Americana de Direitos Humanos no marco do artigo 64 da Convenção Americana.....	526
3.5.11.	OC-11/90. Exceções ao esgotamento dos recursos internos	526
3.5.12.	OC-12/91. Compatibilidade de um projeto de lei com o artigo 8.2.h da Convenção Americana	527
3.5.13.	OC-13/93. Certas atribuições da CIDH.....	527
3.5.14.	OC-14/94. Responsabilidade internacional por expedição e aplicação de leis violadoras da Convenção	528
3.5.15.	OC-15/97. Relatórios da CIDH.....	529
3.5.16.	OC-16/99. O direito de informação sobre a assistência consular no marco das garantias do devido processo legal.....	529
3.5.17.	OC-17/02. Condição jurídica e direitos humanos das crianças.....	530
3.5.18.	OC-18/03. Condição jurídica e direitos dos migrantes sem documentação.....	532
3.5.19.	OC-19/05. Controle de legalidade e exercício das atribuições da CIDH	533
3.5.20.	OC-20/09. Artigo 55 da Convenção Americana de Direitos Humanos..	533
3.5.21.	OC-21/14. Direitos e garantias das crianças no contexto de migração e necessidade de proteção internacional.....	534
3.5.22.	OC-22/16. Titularidade de direitos das pessoas jurídicas no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.....	536
3.5.23.	OC-23/17. Meio ambiente e direitos humanos.....	537
3.5.24.	OC-24/17. Identidade de gênero, igualdade e não discriminação a casais do mesmo sexo. Obrigações estatais em relação à mudança do nome, da identidade de gênero e dos direitos derivado de um vínculo entre casais do mesmo sexo	538

3.5.25.	OC-25/18. O instituto do asilo e seu reconhecimento como direito humano no Sistema Interamericano de Proteção	539
3.5.26.	OC-26/2020. A denúncia da Convenção Americana de Direitos Humanos e da Carta da OEA e seus efeitos sobre as obrigações estatais em matérias de direitos humanos.....	540
3.5.27.	OC-27/2021. Direito à liberdade sindical, negociação coletiva e greve, e sua relação com outros direitos, com a perspectiva de gênero.....	542
3.5.28.	OC-28/2021. A figura da reeleição presidencial indefinida em sistemas presidenciais no contexto do sistema interamericano de direitos humanos.....	543
3.5.29.	OC-29/2022. Enfoques diferenciados em matéria de pessoas privadas de liberdade.....	544
4.	Sistema regional africano de proteção aos direitos humanos.....	546
4.1.	Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos	546
4.1.1.	Caso Ally Rajabu e outros vs. República Unida da Tanzânia.....	546
4.1.2.	Caso Alfred Agbesi Woyome vs. República do Gana.....	547
5.	Sistema regional europeu de proteção aos direitos humanos.....	547
5.1.	Corte Europeia de Direitos Humanos	548
5.1.1.	Caso Fernandes de Oliveira vs. Portugal.....	548
5.1.2.	Caso Rooman vs. Bélgica	548
6.	Resumo do capítulo	549

CAPÍTULO X

A PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL..... 559

1.	Introdução.....	559
2.	Política nacional de direitos humanos.....	559
2.1.	Primeiros Programas Nacionais de Direitos Humanos (PNDH 1 e 2).....	560
2.2.	Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3).....	560
2.3.	Programas Estaduais de Direitos Humanos.....	561
3.	Atividade da polícia na promoção e proteção aos direitos humanos.....	561
3.1.	Segurança pública e direitos humanos	561
3.2.	Resolução nº 43/173 da ONU.....	562
3.3.	Código de conduta para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei.....	563
3.4.	Regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento dos presos.....	563
3.5.	A Polícia Judiciária e os direitos humanos.....	564
3.5.1.	Aferição de convencionalidade pelo delegado de polícia.....	565
4.	Ministério Público e a promoção e proteção aos direitos humanos.....	566

4.1.	Estrutura constitucional do Ministério Público brasileiro.....	566
4.2.	Promoção dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais	567
4.3.	A fiscalização externa da atividade policial	568
4.3.1.	Resolução CNMP nº 20, de 28 de maio de 2007	569
4.4.	Ministério Público Estadual e a tutela dos direitos humanos.....	569
4.5.	Ministério Público Federal e a tutela dos direitos humanos.....	570
4.5.1.	Procuradoria Federal e Procuradorias Regionais dos Direitos do Cidadão	570
5.	Defensoria pública e a promoção e proteção aos direitos humanos.....	571
5.1.	Estrutura constitucional da Defensoria Pública brasileira	571
5.2.	Acesso à justiça e as “100 regras de Brasília”.....	572
5.3.	Diretrizes da OEA para as Defensorias Públicas.....	573
5.3.1.	Resolução nº 2.656/2011 da OEA.....	574
5.3.2.	Resolução nº 2.887/2016 da OEA.....	574
5.4.	Associação Interamericana de Defensorias Públicas (AIDEF).....	574
5.5.	Defensor Público Interamericano (DPI).....	575
5.5.1.	Formação do corpo de Defensores Públicos Interamericanos.....	575
5.5.2.	DPI na Corte Interamericana de Direitos Humanos	576
5.5.3.	DPI na Comissão Interamericana de Direitos Humanos	576
5.5.4.	Designação do DPI	577
5.6.	Representação perante o Sistema Interamericano de Proteção	577
5.6.1.	Legitimidade para representação	577
5.6.2.	Assistência jurídica internacional em direitos humanos	578
5.7.	Defensoria Pública Estadual e a tutela dos direitos humanos.....	579
5.8.	Defensoria Pública da União e a tutela dos direitos humanos	579
5.8.1.	Defensor Nacional e Defensores Regionais de Direitos Humanos.....	580
6.	A advocacia e a promoção e proteção aos direitos humanos.....	581
6.1.	Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB.....	581
6.2.	Princípios Básicos Relativos à Função dos Advogados.....	581
7.	O Poder Judiciário na promoção e proteção dos direitos humanos.....	582
7.1.	Ativismo judicial e direitos humanos	583
7.2.	Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário.....	583
7.3.	Resolução nº 364/2021 do CNJ.....	584
7.4.	Resolução nº 425/2021 do CNJ	584
7.5.	Recomendação 123/2022 do CNJ	585
7.6.	Resolução nº 440/2022 do CNJ	586

7.7. Resolução nº 487/2023 do CNJ	586
7.8. Resolução nº 492/2023 do CNJ	587
7.9. Resolução nº 512/2023 do CNJ	587
7.10. Pacto Nacional do Judiciário pelos Direitos Humanos.....	588
8. Conselho de direitos humanos	588
9. Comissão nacional da verdade.....	590
10. Instituição nacional de direitos humanos e os princípios de paris.....	591
11. Resumo do capítulo.....	592

CAPÍTULO XI

DIREITOS HUMANOS EM ESPÉCIE..... 597

1. Introdução.....	597
2. Direito à vida.....	598
2.1. Aspectos gerais	598
2.2. Discussões envolvendo o direito à vida	600
3. Direito à liberdade.....	603
3.1. Liberdade de manifestação do pensamento	603
3.2. Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.....	603
3.3. Liberdade de informação	603
3.4. Liberdade de religião.....	604
3.5. Liberdade de associação e de reunião.....	605
3.6. Liberdade de trabalho.....	606
3.7. Liberdade de locomoção e de residência.....	607
4. Direito à igualdade	607
4.1. Igualdade e universalidade de direitos	607
4.2. Dimensões da igualdade	608
4.3. Igualdade e ações afirmativas.....	608
5. Princípio da legalidade e direito à segurança jurídica.....	608
6. Direito à propriedade.....	610
6.1. Função social	611
7. Direito à propriedade intelectual.....	612
8. Direito à privacidade	612
9. Direito à educação e à cultura.....	614
10. Direito à saúde	614

11. Direito do consumidor.....	615
12. Direito de acesso à justiça.....	615
12.1. Conceito.....	615
12.2. Assistência jurídica integral e gratuita.....	616
12.3. Defensoria Pública.....	616
13. Juiz natural e promotor natural.....	616
14. Direitos humanos no direito penal e processual penal.....	617
14.1. Reserva legal e anterioridade penal.....	617
14.2. Mandados de criminalização.....	617
14.3. Crimes com tratamento constitucional.....	617
14.4. Aplicação da pena.....	618
14.5. Presunção de Inocência.....	620
14.6. Identificação Criminal.....	621
14.7. Ação Penal Privada Subsidiária da Pública.....	622
15. Devido processo legal, contraditório e ampla defesa.....	622
16. Provas ilícitas.....	623
17. Prisão civil.....	623
18. Garantias fundamentais.....	624
18.1. <i>Habeas corpus</i>	624
18.2. Mandado de segurança individual e coletivo.....	625
18.3. Mandado de injunção individual e coletivo.....	627
18.4. <i>Habeas data</i>	630
18.5. Ação popular.....	630
18.6. Direito de petição.....	631
18.7. Ação civil pública.....	632
19. Resumo do capítulo.....	632

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	637
--	------------